

## **O TURISMO RURAL NO SEMIÁRIDO DO NORDESTE BRASILEIRO**

Luzia Neide Coriolano<sup>1</sup>  
Humberto Marinho de Almeida<sup>2</sup>

### **Resumo**

A pesquisa investiga o turismo rural/urbano, no Nordeste do Brasil, pólo turístico da América Latina. Analisa a relação do espaço urbano / rural identificando dificuldades de delimitações. Verifica contradições, conflitos do turismo rural, em região dominada pela semiaridez do clima, pobreza, abandono, mas, possuidora de litoral pródigo. A região exhibe litoral como vitrine, opção do *trade*, incentivada pelas políticas governamentais com ações urbanísticas na costa. A qualificação urbana cria espaços de acomodação da atividade turística suprindo cidades costeiras de infraestrutura, enquanto persiste, no espaço rural, carência de estrutura e suporte para permanência no campo. De forma desigual, mas combinada, a produção de espaços pelo turismo apropria-se de novos territórios. O espaço rural passa por alomorfias nas relações sociais de produção e de trabalho, decorrentes do processo de avanço do capitalismo no campo, efetivando modernização conservadora do rural. Atividades agropecuárias enfrentam problemas com desagregação das formas tradicionais de produção, desvalorização gradativa em relação às demais atividades, forçando busca de novas fontes de renda e dinamizações econômicas aos territórios rurais.

O novo rural incorpora prestação de serviços às tradicionais práticas agrícolas, turismo rural, agroturismo que oferecem como atrativos a atividade produtiva, acesso,

---

<sup>1</sup> Prof<sup>a</sup> Dra em Geografia, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Laboratório de Estudos do Turismo e Território - NETTUR da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Email: [luzianeidecoriolano@gmail.com](mailto:luzianeidecoriolano@gmail.com)

<sup>2</sup> Prof do Curso de Geografia da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos – FAFIDAM. Mestre em geografia pela Universidade de São Paulo. Aluno de Doutorado da Universidade Federal Fluminense – UFF. Email: [humbertouece@hotmail.com](mailto:humbertouece@hotmail.com)

hospedagem, paisagens, gastronomia, cultura, clima, lazer, informações e compras diferenciadas.

**Palavras chave:** turismo rural

## **Introdução**

Este texto faz considerações sobre turismo, em especial, sobre o segmento rural/urbano, particularmente na Região Nordeste do Brasil, pólo emergente do turismo na América Latina. Analisa a relação do espaço urbano com o rural identificando dificuldades de delimitação pelo avanço da urbanização capitalista no campo. Verifica contradições e conflitos do turismo rural, em região dominada pela semiaridez do clima e pela pobreza ou abandono do espaço rural, mas, possuidora de zona litorânea pródiga para prática do turismo.

O Nordeste brasileiro exhibe o litoral como vitrine de promoção do turismo *Sol & Praia*, opção acolhida pelo *trade* turístico e incentivada pelas políticas governamentais que concentram, nas últimas décadas, ações urbanísticas na faixa costeira. A qualificação urbana cria espaços de acomodação da atividade turística suprindo gradativamente as cidades costeiras de infraestrutura urbana, enquanto persiste, no espaço rural, carência de estrutura e suporte para a permanência no campo e prática turística tais como vias de acesso, saneamento, serviços públicos, dentre outros. De forma desigual, mas combinada, a produção de espaços pelo turismo apropria-se de novos territórios, *pari passu* ao abandono ou reserva de outros para futura incorporação. Há tendência à urbanização e tecnicidade seletiva dos espaços não neutros, mas políticos.

O espaço rural passa por grandes alomorfias, principalmente nas relações sociais de produção e de trabalho, decorrentes do processo de avanço do capitalismo no campo, efetivando a modernização conservadora do rural. As atividades agropecuárias enfrentam problemas com a desagregação das formas tradicionais de articulação da produção e desvalorização gradativa em relação às demais atividades, pois o modelo de

desenvolvimento urbano-industrial desprestigia o campo, forçando a busca de novas fontes de renda e dinamizações econômicas aos territórios rurais. O novo rural incorpora a prestação de serviços às tradicionais práticas agrícolas fazendo emergir o turismo rural e o agroturismo, que oferecem como atrativo, segundo Zimmermann, (1996) a atividade produtiva rural, o próprio acesso, hospedagem diferenciada, paisagem do campo, gastronomia, cultura, clima, lazer, informações e compras diferenciadas.

Agricultores e familiares aos poucos ampliam as atividades, deixam de ser apenas produtores de matéria-prima e passam a desenvolver atividades não-agrícolas, para garantir permanências no campo, e não ser forçado a migrar para a cidade grande, como ocorreu com muitos no Nordeste brasileiro. Essas mudanças na produção rural abrem espaço para promoção de atividades urbanas e de serviços, como o turismo, atividade recente no meio rural brasileiro, e que insurge também em agrupamentos de agricultura familiar e em assentamentos do Movimento dos Sem Terras - MST.

No início da década de 1990, projetos de assistência técnica e extensão rural incluem turismo como atividade moderna na força de trabalho de agricultores do campo. A partir daí, unidades agrícolas familiares têm implantado propostas de turismo rural, ofertando atividades ligadas a lazer, esporte, cultura e gastronomia.

Há algumas imprecisões referentes às concepções, manifestações e definições do turismo rural. O amadorismo e a falta de rigor no uso dos conceitos têm contribuído para diversidade de conceituações vinculada ao turismo rural. Denominações como: turismo rural, turismo no espaço rural, agroturismo, ecoturismo, turismo de interior, alternativo, endógeno, verde, campestre, agroecoturismo, ecoagroturismo dentre outras, mostram a variedade de práticas socioeconômicas. Diferentes entendimentos tendem a criar situações confusas que podem desvalorizar a atividade e gerar frustração a quem oferece, trabalha e consome o turismo rural. A separação teórica da prática ocorre no turismo de modo geral, e se denomina turismo atividades que não o são. Se tudo é turismo acaba por não ser nada.

O turismo tem significado possibilidade de ampliar comandos e nexos da cidade sobre o espaço rural e de converter o campo em mais um dos espaços de lazer, integrando-o de certa forma na economia urbana. Imagina-se que estas atividades possam ser respostas

para a pergunta de Lefebvre (2001, p. 13): “que fazer enfim das ilhas de ruralidade?” Em diversos ritmos o capital se apropria e transforma espaços, mas, em periferias como o espaço rural, aonde a dominação das mentes e sua transformação em meros consumidores é menor, ainda há espaço para imaginações criativas e assim o turismo rural foge as regras do turismo convencional. Ele é um turismo de baixo para cima, que se vincula aos interesses locais, enquadra-se ao chamado turismo de comunidades ou comunitário, entendido como contraproposta ou como política alternativa ao turismo globalizado. Para alguns o turismo alternativo reproduz o modelo e seria apenas uma nova expressão do consumo, para outros são resistências ao consumo exacerbado e ajuda a minar o modelo hegemônico, industrial, concentrador. Residentes de áreas rurais, aonde o turismo convencional não chegou, organizam-se em movimentos de resistências ao turismo elitista, buscando formas para produção de um turismo que possa oferecer oportunidades de trabalho em bairros, periferias e comunidades rurais pautado em economias solidárias.

O Ministério do Turismo do Brasil - Mtur publicou, em 2004, marco conceitual de Turismo Rural com diretrizes e estratégias com vistas ao desenvolvimento da atividade no País, para que haja maior entendimento do segmento e sobre produtos comercializados. As diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural elaboradas em parceria com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, de forma participativa e democrática, diz que turismo rural é um “conjunto de atividades desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural de comunidades” A oferta turística no meio rural tem como referência a ruralidade realizada em propriedades rurais de grande, médio ou pequeno porte, e em unidades agrícolas consideradas tipicamente familiares.

### **Nordeste Brasileiro: lócus do turismo**

A região nordestina tem passado por vigoroso crescimento com expansão de setores econômicos, com destaque para o terciário, em especial, o turismo. Embora melhorados sensivelmente os indicadores socioeconômicos, nas últimas cinco décadas, ainda está

distante do aceitável, se considerados os parâmetros internacionais de desenvolvimento humano. Sua vulnerabilidade por questões climáticas de semiaridez, ou pela prevalente desigualdade socioeconômica é marcante, ainda se deparam índices sociais abaixo do estimado para quase todas as macrorregiões do Brasil. Apesar disso, há diferentes graus de dinamismo, níveis de renda, relações de trabalho e índices de qualidade de vida que o tornam bastante heterogêneo.

Nove estados: Ceará, Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e o Território de Fernando de Noronha formam o Nordeste, abrangendo área de aproximadamente 1,56 milhões de Km<sup>2</sup> ou 18,5% do território brasileiro, com cerca de quatro mil Km de praias tropicais. Detém cerca de 28% da população brasileira, concentrada majoritariamente nas cidades costeiras, com oito núcleos metropolitanos com mais de um *milhão* de habitantes. Comporta, ainda, faixa semiárida que integra parte de Minas Gerais e Espírito Santo (região sudeste), *Polígono das Secas* que representa 959.697,6 Km<sup>2</sup>, aproximadamente 88% do território nordestino e 11% do nacional (IBGE, 2001). Acumula secularmente elevada dívida social, fruto de questão regional e de precárias condições sociais acumuladas ao longo de sua formação socioespacial, elementos causadores do acirramento das desigualdades. A Região fora a principal base de povoamento nos primeiros séculos de colonização portuguesa, entendida como expressão da territorialidade absoluta de grupo em que prevaleciam características de identidade, exclusividade e limites, devidas a sua presença, sem mediação (Santos, 1997:196).

O sistema agroexportador de relações de produção escravagista constitui base da economia, pouco endógena, com boa parte de lucros auferidos pela monocultura açucareira. A escravidão e a escassez de investimentos corroboram o atraso da formação do mercado interno autosustentado, capaz de engendrar o crescimento econômico da Região. Contribuiu, ainda, para o quadro desvirtuoso, indisponibilidade e qualidade dos recursos naturais, expressos principalmente pelas reservas hídricas – seriamente limitadas em períodos de estiagem prolongada – compartilhadas com atividades não ajustadas ao convívio com o semiárido, impossibilitando o processo de desenvolvimento

ambientalmente sustentado, embora incipiente o pensamento nesse momento (Magalhães, 1983).

Com a intervenção de instituições de fomento, nos anos de 1960, a região experimenta alterações do quadro produtivo e infraestrutural. Nesse sentido, a intervenção do Estado desenvolvimentista tem papel preponderante na reprodução e concentração do capital, transformando-se em principal garantidor do processo de integração de economias periféricas regionais (Oliveira, 1977: 115). Oliveira (1977), ao analisar a ação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE -, centra considerações em torno do processo de acumulação capitalista, entendendo a industrialização nordestina como *movimento do capital, hierarquicamente subordinado ao capital internacional*. Para o autor, o planejamento regional da SUDENE alinha-se ao processo de escala mais ampla, não podendo superar as contradições básicas do sistema de produção capitalista. Trata-se de investida do sistema capitalista brasileiro que esboça tendência à homogeneização monopolística do espaço econômico. Malgrado críticas da redução conceitual da região e da *transferência de excedentes*, Oliveira traz perspectiva teórica de análise regional que relaciona valorização do capital com mobilidade espacial e dimensão política da questão regional (Lencioni, 1999:172).

Embora os investimentos de infraestrutura nordestina sejam insuficientes, a médio e longo prazo, para redução sistemática de desigualdade regional, sugerem efeito positivo para a região obras de logística portuária (Suape/PE, Pécem/CE), ferroviária (Transnordestina), além do projeto de transposição de bacias hidrográficas (São Francisco) e da refinaria em Pernambuco, Ceará e Maranhão criam novas oportunidades de investimento privado, concedendo maior vigor à estrutura produtiva nordestina. Juntem-se-lhes os projetos estaduais, em parceria a organismos multilaterais de crédito (BID, BIRD), tipo Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR, que garantem investimentos na estrutura urbana ligada ao turismo. Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste criado pela SUDENE e pela EMBRATUR, Portaria Conjunta nº 1, de 29 de novembro de 1991, aloca-se nos estados nordestinos e região norte do estado de Minas Gerais com o objetivo de aumentar o turismo receptivo; sobretudo a permanência de turista no Nordeste;

induzir investimentos na infraestrutura turística; gerar emprego e renda com a exploração da atividade turística. Componente importante, na onda de investimentos pós-Sudene são grupos empresariais regionais consolidados, bem como, grupos de investidores estrangeiros, notadamente europeus (portugueses e espanhóis) em especial com negócios turísticos que procuram oportunidades para aumentar a rentabilidade dos negócios, na esteira dos benefícios fiscais e financeiros oferecidos pelos estados. Por certo, isso leva a acreditar na potencialidade e viabilidade da economia nordestina e no seu desempenho em relação aos investimentos.

### **O Turismo como possibilidade**

Políticas federais, como o *Programa Brasil em Ação*, implanta na Região Nordeste um *portfólio* de empreendimentos estruturantes, capaz de alavancar investimentos privados e o desenvolvimento de macrorregiões em que se inserem projetos de energia, transportes, agropecuária, biotecnologia, telecomunicações, saneamento, educação, habitação, saúde, emprego e turismo, que servem de atrativo ao setor privado e de possibilidades de parceria público-privadas, conforme interesse do mercado. O *Programa Brasil de Todos* altera a política sem, contudo, abandonar a idéia de parceria público-privada, reduzindo a escala de atuação dos projetos, direcionando-os a novos espaços sub-regionais, sem a preocupação anterior em interligar espaços como o Programa - Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento – ENID (IPECE, 2006).

Na lógica governamental, o Nordeste é imenso potencial de investimentos e geração de emprego e renda pelo turismo. A atividade turística já despontava com imenso potencial desde 1995 quando o PRODETUR-NE se efetiva com projetos alocados na região – articulados pela lógica geoeconômica e modelo empresarial de gerenciamento governamental –, com vistas a atrair investimentos privados, o que aconteceu com relativo sucesso. As diretrizes federais para o Nordeste adotaram “estratégias que proporcionaram maior racionalidade aos investimentos para aumento de produção, ganho de produtividade e

ampliação de oportunidades de negócios, renda, emprego e ocupação para os nordestinos” (BRASIL. M D I C. Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento do Nordeste, 2000).

No que se refere à implantação de infraestruturas físicas, o Nordeste deu saltos de qualidade, constatados, sobretudo, pelos nordestinos que voltam vez por outra realizando turismo de raiz e ficam embevecidos frente às mudanças infraestruturais de territórios, que chocam com o fraco desempenho social, em particular, nas áreas de educação e saúde, que, desprestigiadas, não tiveram o mesmo crescimento e mudanças. O discurso governamental em várias esferas está em sintonia, em linguagem empresarial, com a justificativa de ampliação de investimentos e ações pelo retorno, com ocupação, emprego e renda. Todavia os resultados são diminutos e o desemprego ameaça a vida de parcela significativa de trabalhadores nordestinos. O modelo industrial, em que se insere o turismo, apesar de alento ao mercado de trabalho com novos postos, tem média salarial baixa e, sozinho, não satisfaz a carência estrutural do mercado da região. Ainda assim, alternativas surgem como estratégia de sobrevivência ou como forma de empreendedorismo, isto é, enquanto políticas públicas ou “de direito” não atendem, políticas alternativas ou políticas “de fato” emergem, ou seja, muitas pessoas ou grupos tentam criar, inovar e resolver problemas econômicos a seu modo, por suas iniciativas, contando com nada ou quase nada dos poderes públicos.

O Programa de Desenvolvimento do Turismo oferece condições de ocupação turística, no Nordeste, preparando infraestrutura, fazendo *marketing* e atraindo empresas, especialmente rede hoteleira, em destaque, *resorts*. A lógica da política de turismo é de ajustamento à economia global, contida em teorias econômicas desenvolvimentistas: Teoria dos Estágios de Crescimento Econômico, Estruturalistas Internacionais, dos Sistemas Mundiais, dos Países Centrais e Periféricos, do Processo Simultâneo, Causação Circular ou Circulo Vicioso da Pobreza (Coriolano, 2003) para as quais o crescimento econômico leva inevitavelmente ao desenvolvimento social, decorrência do processo de implementação de tecnologias e de modernização, embora negado pelas teorias críticas. Pelas teorias críticas de desenvolvimento: da Dependência Econômica, do Imperialismo Econômico, Industrialização Tardia, do Falso Paradigma, do Modo de Produção e do Desenvolvimento Desigual e Combinado (Coriolano, 2003) o projeto capitalista de modernização de espaços,

voltado para as elites, não pode ser confundido com desenvolvimento nem beneficiar o povo e comunidades pobres. Assim, a lógica de que o crescimento econômico necessariamente produz emprego e renda para todos e eleva as condições sociais não se sustenta, e se faz relativa, afinal somente indivíduos e grupos se beneficiam do modelo de desenvolvimento excludente.

Para alinhar o Nordeste ao movimento do mercado turístico global, o Governo Federal e governadores nordestinos idealizaram um programa turístico para a zona costeira, capaz de desenvolver a Região. O Programa coaduna-se à Política Nacional de Turismo e tem por base a análise da situação do turismo no mundo e no Brasil, mostra que o papel do Governo Federal é coordenar e induzir a atividade. Reconhece o governo que há concentração de infraestrutura nas regiões Sul e Sudeste e, necessidade de diversificá-la ou alocá-la em outras, especialmente no Nordeste e no Norte. Com isso, o Macroprograma de Regionalização do Turismo constitui referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo, ordenando a oferta turística no País.

Apesar de imenso potencial turístico, o Nordeste apresenta entraves ao desenvolvimento pela fragilidade de infraestrutura de apoio, deficiência de equipamentos e serviços, falta de recursos humanos capacitados e inadequada comercialização do produto turístico. A proposta de desenvolvimento da região Nordeste, com base em projeto calcado em serviços e comércio – turismo – sem as transformações estruturais dos demais setores produtivos leva a questionar as reais possibilidades. Há de se reconhecer, contudo, que a proposta de modernização pela agricultura e implantação de agropolos insere-se, para o Governo, na linha de reflexão, embora, em visão crítica, não seja o caminho do desenvolvimento, pois continua faltando alimento no campo, e prosseguem migrações de famílias sertanejas, mesmo com exportação de alimentos. Nesse sentido, Benevides (1998, p. 21) esclarece que a indústria é o setor de possibilidades econômicas, pois

há um significativo consenso de que o desenvolvimento se desencadeia pelas transformações estruturais que se operam na agricultura e principalmente na indústria, sendo este o setor-chave para impulsionar a diversificação por todo sistema econômico. O

comércio e os serviços têm sua estruturação e dinamismo induzidos pelo que se passa na indústria, ou seja, seu comportamento e características estão fortemente influenciados pela dinâmica industrial.

Falta base sólida à proposta de desenvolvimento do Nordeste, considerando ainda a débil base industrial em destaque, indústrias externas, muitas com transferência de lucros para fora. Empresas no Nordeste são do sul, do sudeste e internacionais, concentram lucros remetidos às matrizes.

O turismo, para os estados, atividade industrial, praticamente, concentra-se no litoral e áreas restritas, não atingindo todo o Território nordestino, sendo necessárias políticas que contribuam mais amplamente para o desenvolvimento. O turismo só pode ser entendido como coadjuvante do desenvolvimento econômico e não vetor-chave. Sua importância, contudo, não se reduz, pois, apesar de não poder produzir desenvolvimento estrutural, sua importância reside no fato de ensejar empregos diretos e indiretos, embora em parte seja temporariamente, ainda assim oferece oportunidades à periferia e políticas alternativas. Na atividade industrial, é mais difícil a penetração de médios e pequenos empreendedores, já o turismo absorve infinidade de serviços; ou seja, à atividade, concorrem empresas de pequeno e médio porte e dos mais variados serviços, pela criatividade dos habitantes, a exemplo da venda de *souvenires*.

O Banco do Nordeste, órgão executor e coordenador de programas voltados à indústria e serviços, na Região Nordeste, é o responsável pelo repasse de financiamentos aos programas de turismo, nos estados, cada qual com seus executores. A proposta turística envolve os estados que competem entre si e enfrentam concorrentes do mercado global, internamente e em relação ao Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, estados que mais recebem fluxos de visitantes internacionais. A proposta nordestina é concorrer com destinos da América, com turismo de sol e praia, por exemplo, Cuba, México (Cancun), República Dominicana e ilhas do mar do Caribe.

A regionalização do turismo tem vários sentidos: descentralização de ações, revalorização de lugares e territórios, emergência do local com participação dos residentes

e ainda no sentido das parcerias de sujeitos sociais e entre regiões, municípios e comunidades através de roteiros turísticos. Busca, ainda, a integração de destinos turísticos, criando roteiros que compartilhem oferta e infraestrutura de suporte de estados circunvizinhos. A primeira iniciativa foi o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte (PDSRT) envolvendo 77 municípios (22 do Ceará, 22 do Maranhão e 33 do Piauí), em área de 66.000 Km<sup>2</sup>, habitada por 1,86 milhões de pessoas. Trata-se de plano de desenvolvimento regional em bases sustentáveis, envolvendo o rural e o urbano, com patrocínio do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) instituído por Decreto da Presidência da República de 2008, integrado por 26 Ministérios e órgãos federais; Secretarias de Estado do Ceará, Maranhão e Piauí e pela Agência para o Desenvolvimento Regional Sustentável (ADRS), sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional e do Ministério do Turismo.

As ações reforçam a comercialização do turismo de “Sol & Praia” que engloba cruzeiros marítimos, com possibilidades de turismo cultural e religioso, em áreas rurais e turismo de natureza e aventura. Os principais destinos constituem os portões de entrada para a região, e as capitais e cidades litorâneas (Natal, Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Seguro, etc.) apresentam melhor estrutura de hospedagem.

A região nordestina apresenta-se, segundo o Ministério do Turismo (2010), como a promissora à ampliação de investimentos no período de 2011-2014, quando receberá vultosos investimentos governamentais visando ao mundial de futebol de 2014. O Brasil espera receber cerca de 500 mil turistas estrangeiros e movimentar o turismo interno, produzindo impacto direto na atividade. Segundo pesquisas da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e da Fundação Getulio Vargas (FGV), os investimentos em infraestrutura e serviços previstos para Copa do Mundo de 2014 ultrapassam R\$ 30 bilhões. Isso justifica a implantação da maioria dos *resorts* no Nordeste do país, assim como o incremento da especulação imobiliária no litoral e a necessidade de abrigar turistas em espaços mais protegidos e distantes das contradições sociais.

Como o turismo de *Sol & Praia* é o segmento para as massas e os litorais, áreas de grande demanda, torna-se difícil o controle de qualidade, e os impactos da ocupação urbana

e turística suscitam a emergência de movimentos socioambientais que têm contribuído para denunciar os abusos e questionar a sustentabilidade. Em vários lugares, tem havido problemas de uso indevido de litorais, além dos associados à exploração sexual, drogas e especulação imobiliária. Os países tropicais pobres, de modo geral, iniciaram a exploração da atividade turística com turismo litorâneo, balneário, de sol e praia para atender, em especial, demandas de países ricos, assim como do capital proveniente de corporações internacionais, oferecendo condições favoráveis à instalação de redes hoteleiras e *resorts* de bandeiras internacionais e parques aquáticos.

O Nordeste é espaço de contradições responde positivamente estímulos que o movem para melhor desempenho socioeconômico. Com a valorização do litoral e implantação de projetos financiados pelas agências multilaterais de crédito, cidades foram reorientadas para a prática do lazer e do turismo. Desde então a população litorânea disputa palmo a palmo, espaço construído e urbanizado para o turismo, com áreas residenciais e para atividades econômicas, recreativas e esportivas. Tudo isso, entretanto, passa por intenso processo de luta, mediante relações de poder para redefinição de áreas e territórios.

A cada dia, grupos alternativos começam a se organizar para a venda de novos produtos turísticos, de novos roteiros, “nichos” deixados pelo capital global e, dessa forma, participam de mercado promissor. Em alguns municípios, comunidade e pequenas empresas encontram caminhos de inclusão em roteiros turísticos e aproveitam artes, gastronomias, folclores, atrativos naturais e culturais, transformando o potencial em produto ou oferta turística. Assim, o turismo chega às comunidades rurais e às periferias. Os excluídos do turismo do topo, ou dos resorts, dos hotéis 5 estrelas inventam o turismo social, o turismo dos trabalhadores, adaptado às condições econômicas dos pequenos rendimentos, tentam incluir-se pelo circuito inferior do consumo, com produtos alternativos, pequenas pousadas e hospedagens residenciais, quando emerge o turismo rural e comunitário.

A contradição contribui para que, em alguns estados do País, especialmente no Nordeste e no Norte, surjam experiências que fogem do modelo de turismo globalizado, que privilegiam pequenos empreendimentos, comunidades e que têm como finalidade o

desenvolvimento local, a valorização das pessoas, das microeconomias, das culturas locais, de empreendimentos que possam fazer do turismo estratégia de combate à pobreza, uma forma de inclusão na produção e no mercado. Para isso, o turismo rural, empreendimentos comunitários têm visão própria de turismo voltado aos seus interesses, a nova perspectiva de desenvolvimento voltado à escala humana e às condições locais. Descubrem novos indicadores do desenvolvimento, como ingresso de capital em pequenos municípios, mais trabalho e emprego, inclusão de excluídos, participação democrática, benefícios da economia local, alocação de infraestrutura turística e de apoio ao turismo, sobretudo, para o residente. Assim, a constatação de que o Nordeste, uma das regiões mais populosas e ricas do Brasil, se estagnou durante séculos, e que o poder político ficou nas mãos da aristocracia rural e conservadora que ignorou o atraso econômico e os problemas sociais, procura-se recuperar o atraso, adotando estratégias e iniciativas governamentais, incluindo subsídios aos investimentos privados.

Apesar da reduzida tentativa do governo federal de promover o desenvolvimento regional, as políticas macroeconômicas são importantes. Precisam ser complementadas com as políticas de desenvolvimento, pela iniciativa privada, ONGs e, sobretudo pelo poder local e comunidades. O turismo oferece oportunidades para empreendimentos na esfera local em comunidades urbanas e no meio rural. Assim, criou-se, no Nordeste, nova imagem regional de dimensão nacional e global. Fala-se agora de um Novo Nordeste resultado do processo de significativas mudanças socioeconômicas. O turismo poderá vir a ser uma das saídas para a economia nordestina, desde que se invista no maior potencial da região: a população, e que se proteja, conserve e se recupere seu patrimônio natural e cultural.

### **O Rural e o urbano no semiárido**

A segmentação do turismo, em espaço e mercado globalizado, é indicador da diversidade de destinos turísticos e da capacidade de prestação de serviços a perfis de públicos com capacidade de dinamizar territórios e economias, levando satisfação aos turistas. A segmentação da oferta atenta para as caracterizações de lugares, assim, tem-se o

turismo rural, urbano, litorâneo, de montanhas, e em especial de particularidades de grupos de turistas, em torno de interesses comuns. Turismo de terceira idade, de negócios, de grupos religiosos, de pessoas que viajam sozinhas, de gays, lésbicas e simpatizantes, com deficiências, grupos de trabalhadores, alunos, dentre outros mostram a diversidade dos envolvidos. Considera-se na segmentação motivos de viagens, níveis de renda, características demográficas e âmbito geográfico da viagem, entre outros aspectos.

A reestruturação produtiva das últimas décadas impõe novas políticas e ações baseadas em organizações de empresas, em redes de estratégias de desconcentração, atingindo maior número de lugares na expansão do capital, e nesse processo, área em foco - o Nordeste brasileiro - intensamente contemplada pela prioridade de serviços, em especial, com crescentes demandas. Novas feições do urbano e rural exigem renovação da base conceitual e reinterpretção dos lugares. Matos (2006) apresenta premissas que chamam atenção para o papel de grandes empresas, em redes, no processo de acumulação, com subordinação do Estado, desregulação, difusão de tecnologias, informações, comunicações, finanças e produção de símbolos, com reformas urbanas marcadas pelas policentralidades e fragmentações. No rural ocorrem mudanças na estrutura agrária e formas de produzir, com surgimento de agropolos vinculados ao mercado internacional, em convívio com pequenos produtores com agricultura de subsistência.

Assim, o espaço rural nordestino, associado ao vazio, descaso, carências de serviços e capitais, secas e baixa produtividade, também passa por reestruturações explicadas por Graziano (1998) como novo rural brasileiro com processo de urbanização, implementação de infraestrutura de transportes e comunicação, bem como com aquisição de serviços urbanos básicos, como energia elétrica, saúde, educação, acrescenta-se, de lazer. A transformação e interconexão do urbano com o rural exigem que se repensem os espaços, sobretudo a extinção da dicotomia rural/urbano. O espaço rural amplia o leque de atividades, para além da produção agropecuária, com destaque do lazer em áreas rurais, venda da paisagem rural com a produção simbólica do rural a ser consumido, com a criação das Reservas Privadas do Patrimônio Nacional-RPPN, programação de atividades de turismo rural e ecoturismo. Vale registrar que, na Região Nordeste, as mudanças de campo

foram ínfimas e não reduziram as contradições entre o rural e o urbano. O campo continua pobre e pouco produtivo, com enclaves produtivos.

O turismo rural evidencia significativa participação de atividades não-agrícolas, e, em contrapartida, faz complexa a compreensão do fenômeno turístico, bem como a própria relação campo/cidade. O entendimento do turismo rural implica pensar o universo associado das escalas temporais e espaciais, e a produção segmentada da atividade. A segmentação do turismo rural nada mais é do que divisão, pela realidade concreta, de níveis identificados, que resultam em frações analíticas de atividade. No entanto, para as investigações críticas do turismo, os segmentos são componentes de um mesmo conjunto contraditório, solidário e imbricado, parte específica da análise da atividade turística.

Nessa perspectiva, compreende-se o turismo rural como segmento dinâmico e emergente que oferece possibilidades às economias rurais por diversificar produtos e serviços no campo. Não obstante o objetivo deste trabalho associa-se à produção de procedimentos metodológicos de análise do turismo rural. O esquema desenvolvido está longe de ser única via metodológica de conhecimento científico do turismo rural, trata-se, na verdade, de pequena contribuição no campo operacional, em que se colocam ao pesquisador diferentes dificuldades e reflexões de desenvolvimento da pesquisa para compreensão da realidade empírica a luz da reflexão crítica.

No entanto, no campo dos países subdesenvolvidos não houve mudanças intensas, simultaneamente ao que ocorria com as cidades, pelo contrário, continuou a estagnação por décadas, até, tardiamente, inserir-se na mundialização do capital, visto que, até mesmo a urbanização e crescimento das cidades demoraram décadas, até séculos, para acontecer, com relação aos mesmos processos em andamento nos países centrais. Neste sentido, diz Scarlato (2000, p. 395) que “o crescimento das cidades e a industrialização ocorreram paralelamente à transformação do campo”, equivalendo falar que “no chamado Primeiro Mundo houve integração entre campo e cidade”. Assim, a urbanização processa-se diferenciadamente nos países, acompanhando ritmos de evolução relacionados ao sufrágio rápido, espontâneo ou forçado do sistema capitalista. As sociedades passam assim pelo

processo de urbanização profícuo para se adaptarem ou integrarem ao modelo de produção dominante.

A paisagem rural abriga objetos e ações urbanas, porquanto decantadas pelo prisma dos sujeitos do campo que constroem a história do mundo rural no cotidiano, tendo como fonte primária a terra, e como energia a relação intersubjetiva homem-terra. As famílias e as técnicas rurais não desaparecem por completo, devido à resistência dos homens que trabalham com ela ou por serem guardadas como uma espécie de memória (como nas fazendas modernizadas). Trata-se de mudanças e não de fortes rupturas que convergem para o extermínio do campo.

Assim, a relação campo/cidade se estreita, condicionada pela modernização circundante e ampliada pelo império da acumulação do capital que se serve cada vez mais de ciência, de serviços originariamente urbanos e de informações. No entanto, o campo não se define, apenas não existe pureza imanente possível que se perpetue; oscilações e transformações são irremediáveis no mundo acelerado. A cidade também se transforma. Ao passo que a urbanização das grandes cidades, pouco a pouco, se aproxima do clímax metropolitano, ou até mesmo gera megalópoles com poder de decisão e concentração de ciência, técnica e informação, o campo é parte importante do processo, pois a complexidade técnica, no seio da cidade, nos centros universitários, foi transportada, combinada desigualmente ao espaço rural; ao mesmo tempo em que dependia do espaço rural: produção de alimentos, inclusive da geração do proletariado de reserva, a população imigrante. A essa relação Milton Santos (2002) chamou de “acontecer complementar”, fruto da necessidade de ampliação das ligações e trocas entre as forças espaciais produtivas: campo e cidade. A respeito das oposições entre campo e cidade, pode-se admitir com Lefebvre (2001, p. 69) que

a oposição “urbanidade-ruralidade” se acentua no lugar de desaparecer, enquanto a oposição cidade-campo se atenua. Há um deslocamento da oposição e do conflito. Quanto ao mais, em escala mundial, o conflito cidade-campo está longe de ser resolvido, todos sabem disso. Se é verdade que a superação e a contradição cidade-

campo (que envolve a oposição de dois termos sem se reduzir a ela) fazem parte da divisão do trabalho social, é preciso admitir que esta divisão não está nem superada nem dominada. Longe disso.

Portanto, no limite, a superação da contradição campo-cidade está longe de acontecer. Está aí também a possibilidade de emancipação humana, pois quebrar o eixo de sustento do sistema capitalista significa edificar nova sociedade e novo espaço, onde a solidariedade e a cooperação fundem todas as escalas da coexistência material e imaterial. Se não há uma superação completa e insuflada na relação campo-cidade, ao menos tem-se convergência relativa, múltipla e instigante das funções, ações e objetos de ambas as esferas, ora de forma áspera, ora dialógica. Assim, cidade e campo unem-se dialeticamente. O turismo rural é complicador da combinação cidade-campo ou pode ajudar a produzir nova sociedade como acreditam os autores?

### **Por um esquema metodológico para estudo do turismo rural**

Teorias e conceitos são mediações na compreensão do processo de produção espacial para e pelo turismo. Consultas aos teóricos, seleção de conceitos são parte da metodologia dos que estudam e buscam compreender o turismo como fenômeno, planejar e gestar projetos turísticos, tendo por base territórios e pessoas de lugares. As categorias de análise dão suportes à pesquisa de campo e guardam relação direta com a realidade empírica.

À medida que se abandona a metodologia positivista e se aplica conhecimento na busca da totalidade, mais se compreende a metodologia crítica e as categorias que explicam o espaço rural e urbano transformado em espaço turístico. Passa-se a compreender simultaneamente as dinâmicas da natureza e a da sociedade e suas múltiplas relações. Quando se fica apenas na dinâmica da natureza, tem-se compreensão mecanicista e deixa-se de compreender a totalidade do espaço. Igualmente, quando se estuda a dinâmica da sociedade esquecendo-se a da natureza, também se perde parte do todo estudado. A tendência de dicotomizar a análise, justificada pelo positivismo, é negada pela análise

crítica, cuja compreensão do todo é feita pelas partes, mas em relação ao todo, não basta estudar uma das partes, mas a sua relação com a totalidade. O positivismo destaca a descrição dos fatos, realça a memorização, considera a ciência neutra, prioriza o empírico negando o teórico, mantém-se no nível da forma ou aparência, adota postura autoritária e dogmática, descontextualiza o objeto estudado, fala de problemas antrópicos considerando o saber conhecimento objetivo. A metodologia crítica analisa fatos turísticos contextualizando-os, desacredita na neutralidade científica, considera o saber objetivo e subjetivo, analisa com base na teoria, ou a luz dos conceitos, explica o turismo na relação sociedade natureza, busca a essência, não admite o fato isolado, por isso estuda o processo. A partir desta concepção pode-se admitir a evolução e a transformação social, pois os cidadãos conscientes de sua realidade poderão lutar por ela. Essa abordagem metodológica exige profissionais engajados e comprometidos com as mudanças sociais, conscientes e capazes de entender os conflitos e as contradições da realidade rural e urbana. Cientistas que lutam por uma sociedade mais justa, tomam o pensamento e a análise instrumentos de emancipação do ser humano, indo além do questionamento puramente acadêmico às transformações sociais pela práxis.

### **Referências bibliográficas**

- Araújo, Tânia Bacelar (1999). Por uma política nacional de desenvolvimento regional. em *Revista econômica do nordeste*. Banco do Nordeste, Vol.30, n.2, abr-jun de 1999.
- Araújo, Tânia Bacelar. (2000). Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva. em: Castro, Iná. *Redescobrimdo o Brasil: 500 anos depois*. Bertrand Brasil: FAPERJ.
- Benevides, Ireleno P. (1998). Planejamento Governamental do Turismo: Meio Ambiente Construído e Desenvolvimento no Nordeste. em Lima, L.C. *Da cidade ao campo: a diversidade do saber- fazer turístico*. Fortaleza, FUNECE-BNB.
- Banco do Nordeste do Brasil – BNB (1995). *O Turismo e Desenvolvimento Econômico, pronunciamento do presidente em exercício do BNB*. Raimundo Nonato Sobrinho, Fortaleza: BNB.

- BRASIL. Ministério do Turismo. (2004) *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil*.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2003) *Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável: Série textos para Discussão 4*.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2004) *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília.
- BRASIL. Ministério do Turismo. (2003) *Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007*. Brasília.
- BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio. (2000) *Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento do Nordeste*.
- Carvalho, Otamar de. (2003) Nordeste: a falta que o planejamento faz. In: Gonçalves, M. F.; Brandão, C. A. & Galvão, A. C. (orgs.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora. UNESP/ANPUR.
- Coriolano, Luzia Neide M. T. (2007): A Utopia da Sustentabilidade no Turismo, em Coriolano, Luzia Neide M.T.; Vasconcelos, F. Perdigão, *O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências*. EDUECE, Fortaleza.
- Coriolano, Luzia Neide M. T. (2003) *Turismo de Inclusão e Desenvolvimento Local*, EDUECE, Campolina Diniz Clélio, CROCCO, Marco Aurélio (1996) “Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira” In Revista Nova Economia/ UFMG, v.6 n. 1 jul./96: Belo Horizonte.
- GEM Empreendedorismo no Brasil (2003) Brasília REV SEBRAE.
- Graziano da Silva, José. (1998): “Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro”. Anais Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília, SOBER.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2009): “Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2006/ IBGE”. *Coordenação de Contas Nacionais*. IBGE. Rio de Janeiro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2001): “Geociências”. *Atualização das áreas dos Estados e Municípios brasileiros*. IBGE. Rio de Janeiro.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (1997): “Censo Populacional de 1996/2007”. *Conceituação das características divulgadas na contagem da população de 1996/1997*. IBGE. Rio de Janeiro.

- Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura – IICA. (2009): *Diagnóstico de Turismo Rural en el Brasil: un concepto en construcción*.
- IPEA. Intervenção Estatal e Desigualdades Regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo. TD n° 1229. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, novembro de 2006. Disponível em <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em 01.02.2010.
- IPECE, Os Eixos de Integração Nacional e a Integração Regional da Infra-Estrutura Sul-Americana. NT n° 16. Fortaleza, fev/2006. Disponível em <[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)> Acesso em 02/06/2010.
- Lefebvre, Henri. (2001): *O direito à cidade*. Centauro. São Paulo.
- Lencioni, Sandra. (1999). *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP.
- Magalhães, Antônio. (1979) R. *Comércio e desenvolvimento :Observações sobre as relações triangulares no comércio da região NE*. Fortaleza: BNB, REN, out./dez.1979, v.10, n°4.
- Magalhães, Antônio. (1983). *Industrialização e desenvolvimento regional: a nova indústria do Nordeste*. Brasília: IPEA/IPLAN, série estudos para o planejamento, 24.
- Matos, Carlos A. de. (2006): “Modernización Capitalista y Transformación Metropolitana em América Latina: cinco tendências constitutivas”. en Lemos, Amália Inês Geraiges, Arroyo Mônica, Silveira. Maria Laura. *América Latina: cidades, campo e turismo*. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Ministério do Turismo (2010): “Proposta Estratégica de Organização Turística”. *Copa do Mundo 2014 Brasil*. Ministério do Turismo. Brasília.
- Ministério do Turismo (2009): “Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional”. en Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Org.) *Relatório Brasil 2009 /*. Ministério do Turismo. Brasília.
- Monteiro Neto, Aristides. Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo. TD n° 1229. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, novembro de 2006. Disponível em <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em 01.02.2010
- Oliveira, F. ( 1977) *Elegia para uma Re(li)gião*. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

- Oliveira, F. (2000). A Crise e a Utopia do Trabalho. In. Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a Utopia. In: Kraychete, G.; Lara, F. Costa, B. (org). Questões Debatidas. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes.
- Santos, Milton. (2008): *Metamorfoses do Espaço Habitado*: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 6. ed. Edusp. São Paulo.
- Santos, Milton. (2003): *Economia Espacial*: Críticas e Alternativas. 2. ed. EDUSP. São Paulo.
- Santos, Milton. (2002): *A Natureza do Espaço*: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. EDUSP. São Paulo.
- Santos, Milton. (2001): *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Record. Rio de Janeiro.
- Santos, Milton. (1994): *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico-informacional. HUCITEC. São Paulo.
- Santos, Milton. (1997) *A Natureza do Espaço*: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC.
- Scarlato, Francisco Capuano. (2000): População e Urbanização Brasileira, em Ross, Jurandy L. Sanches, *Geografia do Brasil*. 3. ed. EDUSP. São Paulo.
- SDT/MDA. (2005) “Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural no Brasil”. en *Série Documentos Institucionais n.º 1 – SDT*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília.
- Zimmermann, A. (1996): *Turismo rural*: um modelo Brasileiro. Editora do Autor. Florianópolis.